

Planejamento Participativo do Turismo e seus Desafios: A Aplicação Dos Princípios de Elinor Ostrom na Colônia Witmarsum-PR, Brasil

Participatory Planning of Tourism and Its Challenges: Application of Elinor Ostrom Principles in Colônia Witmarsum-PR, Brazil

CARLA CAROLINE HOLM¹, POLIANA FABÍULA CARDOZO², DIOGO LÜDERS FERNANDES³, JOELCIO GONÇALVES SOARES⁴

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v9i3p457>

RESUMO

Ostrom (2011) aponta que as conquistas de uma comunidade não seriam acaso, pois elas estão apoiadas em ações de planejamento participativo com vistas a organização e fortalecimento das estruturas locais, para favor os sujeitos e o meio. Entende-se que o turismo pode se espelhar neste conjunto de orientações, para venha a contribuir com as comunidades que desejem implementá-lo. Portanto, esta pesquisa objetivou descrever os desafios no planejamento participativo da atividade turística em Colônia Witmarsum, uma comunidade formada por imigrantes alemães menonitas, localizada no Estado do Paraná, Brasil. O alcance do objetivo se deu a partir de revisão bibliográfica e documental sobre planejamento turístico, desenvolvimento local e histórico da comunidade. A isso se somou a realização de visitas *in loco* e entrevista semiestruturada, cujo foco foi aproximar-se da realidade e buscar entender a percepção da gestão local em relação ao planejamento participativo do turismo. Concluiu-se que há muito a ser feito no que diz respeito ao planejamento do turismo e auferiu-se que os

¹ **Carla Caroline Holm** – Mestre. Professora do Curso de Turismo e Meio Ambiente da Universidade Estadual do Paraná, Irati, Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0678376344256478>. E-mail: karol_holm@hotmail.com.

² **Poliana Fabíula Cardozo** - Doutora. Professora do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1834607520455691> E-mail: polianacardozo@yahoo.com.br

³ **Diogo Lüders Fernandes** – Doutor. Professor do Curso de Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7468055592844265> E-mail: digtur@yahoo.com.br.

⁴ **Joelcio Gonçalves Soares** – Doutor. Professor Colaborador no Curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9383647597188990> E-mail: joelciosoaresh@yahoo.com.br.



princípios traçados por Ostrom (2011) não são postos em prática, o que torna o sucesso da atividade como vetor para o desenvolvimento, uma realidade ainda distante.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo. Planejamento. Desenvolvimento Local. Colônia Witmarsum. Palmeira, Paraná, Brasil.

ABSTRACT

Ostrom (2011) points out that the achievements of a community are not only a chance, because they are supported by participatory planning actions aimed at organizing and strengthening local structures that favor subjects and the environment. It is understood that tourism can be mirrored in this set of guidelines to contribute to the communities that wish to implement it, so this research aimed to describe the challenges in the participatory planning of tourism in Colônia Witmarsum, a community made up of German Mennonite immigrants which is located 60 km from Curitiba/PR. The scope of the objective was based on a bibliographical and documentary review on tourism planning, local and historical development of the community; and to this was added the realization of on-site visits and semi-structured interviews, whose focus was to approach reality and seek to understand the perception of local management in relation to participatory tourism planning. It was concluded that there is much to be done with regard to tourism planning and it has been realized that the principles outlined by Ostrom (2011) are not put into practice, which makes the success of the activity as a vector for development a reality still far away.

KEY-WORDS

Tourism. Planning. Local Development. Colônia Witmarsum. Palmeira, Paraná, Brazil.

INTRODUÇÃO

O planejamento mostra-se como ferramenta indispensável, quando da busca pelo desenvolvimento turístico de uma localidade; diz-se isto em virtude de haver neste processo o reconhecimento das fragilidades locais e, a partir disso, a identificação de oportunidade para corrigi-las, tornando-as potencialidades que possam ser mais bem apropriadas pela atividade. Com isso, compreende-se que planejar uma localidade para que receba o turismo é um desafio para sua implementação, haja vista a necessidade de considerar o existente e o como tornar tal lugar apto para uma atividade cuja prática utiliza o espaço e tudo nele inserido. Pode-se afirmar que é durante o processo de planejamento turístico que se identifica o potencial de uma localidade, bem como traçar estratégias para utilizar tal potencial em favor da atividade, que por sua vez também traz benefícios para ao desenvolvimento local (Valls, 2004; Cardozo, 2008; Vera Rebollo, López Palomeque, Gómez Marchena & Clavé Anton, 2011).

Sabendo disso, para mensurar as transformações que advém do turismo, faz-se necessário integrar agentes locais - órgãos competentes da área, gestores, empreendedores e sociedade civil - no processo de planejamento. Deste modo, a busca pelo desenvolvimento turístico local pode apoiar-se em distintas esferas da sociedade, na elaboração de um planejamento que



atenda as necessidades da localidade de maneira adequada e plena (Vignati, 2008; César e Stigliano, 2010). Portanto, a ideia de planejamento participativo é um desafio que deve ser superado por aqueles que desejem obter resultados positivos advindos a partir da atividade turística. Ostrom (2011) diz que a participação coletiva é o grande segredo para as conquistas em dada localidade. Quando se traz tal assertiva para a atividade turística, é possível perceber que o engajamento daqueles que veem no turismo uma oportunidade para o desenvolvimento, contribui para que tais conquistas sejam alcançadas. Reforça-se, portanto, o ideal de planejamento participativo do turismo, entendendo que com ele é possível mudar positivamente o cenário daqueles que desejam prosperar com a área.

Como o planejamento participativo e a efetiva participação coletiva ainda são barreiras a serem vencidas em distintas realidades de macro ou micro escala, a proposta deste trabalho teve como objetivo geral descrever os desafios no planejamento participativo da atividade turística em Colônia Witmarsum, uma comunidade étnico-religiosa localizada no município de Palmeira, no Paraná, comunidade formada por alemães-menonitas⁵, que imigraram da Rússia para o Brasil na década de 1930, e mudaram-se na década de 1950 para o Paraná em busca de melhores condições de solo para agricultura e para o livre-exercício da sua religiosidade (Pauls, 2010; Kloster, 2013; Holm, 2015).

Para o alcance do objetivo aqui apresentado foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, entendendo que a proposta era passível de profundas reflexões sobre o cenário pesquisado e considerando que uma abordagem quantitativa não daria conta de explicá-la. Neste sentido, o estudo caracteriza-se como sendo a realidade de um caso em específico, o qual tenta fomentar o turismo como um elemento com vistas ao desenvolvimento local. Sabendo disso, os esforços estiveram divididos em dois momentos, sendo: a) revisão bibliográfica e documental dos temas centrais, a saber, planejamento participativo; turismo; desenvolvimento local; e Colônia Witmarsum; e b) pesquisa empírica, a partir de visitas *in loco*; e entrevistas com o responsável pelo turismo na referida comunidade. O primeiro momento teve como propósito subsidiar as reflexões sobre as temáticas abordadas, apoiando-se nas discussões teóricas de autores das ciências humanas e sociais e trazendo suas contribuições para a realidade estudada.

O segundo momento buscou auferir na prática, o cenário do turismo na comunidade, além considerar potencialidades, limitações e percepções dos locais em relação a importância do planejamento e do turismo para a promoção do desenvolvimento local. A entrevista ocorreu com o responsável indireto⁶ pelo turismo na Colônia, o Sr. Philippsen, uma vez que até aquele momento não havia algum tipo de organização formal para pensar o turismo na localidade, sendo a atividade uma prática livre de qualquer integração entre os interessados. As observações *in loco* e entrevista voltaram-se para as percepções dos agentes envolvidos com o turismo no que diz respeito à ideia de participação coletiva; investimentos que têm sido feitos para a atividade; bem como as potencialidades locais que possam ser utilizadas pelo turismo.

⁵ Grupo étnico-religioso que surgiu a partir da reforma protestante de 1517, no norte holandês, atual Alemanha, e que assim como outros grupos da época (calvinistas e luteranos, por exemplo) lutavam pela separação das leis do Estado e da Igreja Católica, promovendo liberdade religiosa em todos os países (Holm, 2015).

⁶ Utiliza-se tal expressão porque o entrevistado tem tentado sozinho organizar a atividade na Colônia, mesmo que não tenha sido democraticamente eleito para tal.

Feita a junção de informações teóricas (subsidiada pela revisão bibliográfica e documental) e coleta de evidências (via observação e entrevistas), foi realizada a triangulação entre método e técnicas de pesquisa para um emparelhamento teórico-prático com base nos aportes teóricos sobre ação coletiva, apregoados por Elinor Ostrom (2011). A autora define princípios de desenho que podem orientar o desenvolvimento de atividades e instituições locais/coletivas, sendo estes: (1) os limites claramente definidos; (2) coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais; (3) acordos de escolha coletiva; (4) monitoramento; (5) sanções graduadas; (6) mecanismos para resolução de conflitos; (7) reconhecimentos mínimos do direito de organização; e (8) empreendimentos aninhados. A partir da fusão dos dados teóricos e empíricos obtidos ao longo da pesquisa, entende-se que foi possível realizar a análise das informações, encontrando deste modo respostas para o problema em questão, a saber, quais os desafios encontrados para o planejamento e desenvolvimento do turismo local em Colônia Witmarsum.

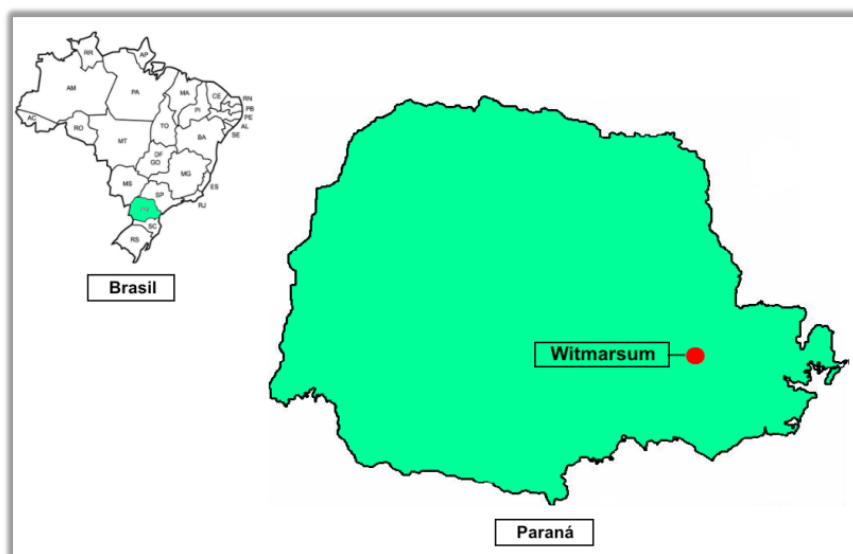
Esta pesquisa não se finda com a obtenção da resposta para o problema já apontado, pois o planejamento turístico é amplo e faz-se necessária uma prática contínua de modo a garantir ordenamento nas ações direcionadas ao turismo, visando um desenvolvimento da atividade consciente e que envolva todos os atores sociais que são direta ou indiretamente afetados pela sua prática. Sendo assim, para além de respostas do objetivo inicialmente proposto, ressalta-se que Colônia Witmarsum oferece uma miríade de oportunidades de pesquisa relacionadas à atividade turística, pois se caracteriza como uma comunidade rural que carrega consigo traços da imigração ocorrida na metade do século XX e que enxerga no trabalho comunitário uma forma para desenvolver-se e manter as características inerentes a comunidades alemãs menonitas do mundo todo, oferecendo deste modo à produção científica distintas oportunidades para desenvolvimento de outras pesquisas.

COLÔNIA WITMARSUM

Após a reforma protestante encabeçada por Martin Luther, ocorrida em 1517 na Europa, cujo intuito era dissociar Estado e Igreja Católica, surgiram vários grupos que se favoreceram de tal momento histórico para fundamentarem seus princípios religiosos e consolidarem-se no cenário para o livre exercício da fé, dos quais se exemplificam os luteranos, calvinistas e os menonitas, frutos da reflexão no presente estudo (Pauls, 2010). Os menonitas tiveram suas convicções religiosas defendidas por Menno Simons, daí originando-se o nome do grupo. A luta pela dissociação do poder foi empreendida por Menno, no norte holandês, hoje território alemão, o que justifica a identificação cultural do grupo, além das perseguições religiosas que o grupo sofria, com perseguições político-civis, por recusarem-se a participar de confrontos armados, pois tais atitudes iriam contra os princípios bíblicos que seguiam (Balhana, Machado & Westphalen, 1969; Enns, Camargo, Krüger, 2000; Pauls, 2010; Holm, 2015). Reconhecidos pela prosperidade econômica, fortalecimento religioso e fomento ao trabalho cooperativo relacionado a terra, as perseguições tornaram-se frequentes no cotidiano alemão menonita, levando o grupo a uma série de migrações. Buscavam em outros países oportunidades de trabalho com a terra, dos quais se destacam o plantio de grãos e criação de gado leiteiro, atrelados ao livre exercício de fé (Holm, 2015). Em razão disso diz-se que o grupo é fruto de *reimigrações*, ou seja, uma repetição do ato de migrar em razão de perseguições sofridas por Estado e Igreja Católica, em diferentes países.

Nesse cenário histórico, Colônia Witmarsum é, portanto, resultado da *reimigração* alemã menonita que teve o Brasil como uma das opções de destino. Localizada no município de Palmeira, no Paraná, a comunidade teve como marco da sua fundação a década de 1950, com a chegada de migrantes vindos de Santa Catarina, os quais chegaram da Rússia na década de 1930. O grupo se difere das demais comunidades imigrantes que chegaram ao Brasil, justamente em razão da vinculação étnica e religiosa, que motivaram constantes deslocamentos ao redor do mundo (Balhana *et al*, 1969; Holm, 2015). Com estas vinculações étnico-religiosas, Colônia Witmarsum mantém características culturais, éticas, morais e espirituais como base para seu fortalecimento e alinhamento com comunidades em outros países.

Figura 1: Localização de Colônia Witmarsum, Palmeira, Paraná, Brasil.



Fonte: Soares, Löwen Sahr, 2016

A comunidade dista cerca de 60 quilômetros da capital Curitiba (fig.1) e foi fundada em 1951, a partir da compra da então Fazenda Cancela; tal aquisição buscava a posterior instalação das famílias imigradas, para que estas pudessem direcionar seus esforços para o trabalho agrícola e pecuário, sendo o plantio de soja, trigo, criação de gado leiteiro e frango de corte suas principais atividades econômicas (Enns; Camargo; Krüger, 2000; ACPMW, 2001; Soares, 2013; Holm, 2015; Witmarsum Cooperativa, s/d).

Fundada em 1952, a Cooperativa Mista Agropecuária de Witmarsum é responsável pelo crescimento econômico da Colônia, pois foi a partir dela que muitos *reimigrantes* conseguiram se reerguer quando da chegada no Paraná (Enns; Camargo; Krüger, 2000). Após cerca de 50 anos praticando trabalho voltado somente ao campo e com uma crise no setor agropecuário, a atividade turística passou a compor o cenário econômico da comunidade nos anos 2000, ainda que timidamente, por meio da instalação de pousadas e cafés tradicionais (Holm, 2015). Na atualidade, o turismo mostra-se como um aliado na economia da Colônia e junto da agropecuária, garante as duas principais fontes de renda dos quase dois mil moradores⁷. Além disso, a prática da atividade reflete em transformações também nos eixos social e ambiental da

⁷ Número estimado pela Associação de Moradores e Cooperativa local, uma vez que não há um recenseamento demográfico isolado da comunidade em relação ao município de Palmeira-PR.

localidade, atingindo de maneira plena o pilar buscado pelo desenvolvimento, como será exposto adiante.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

Tendo exposto brevemente a comunidade aqui analisada, a partir das visitas realizadas e entrevistas empreendidas com o representante local, pode-se compreender que a atividade turística não foi a responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento de Colônia Witmarsum, haja vista a predominância de atividades ligadas à agropecuária. Todavia, a partir de uma crise neste setor, o turismo passou a fazer parte do interesse local e surgiu como uma alternativa de atividade a ser fomentada. Nas visitas realizadas à localidade, percebeu-se que o turismo está longe de ser o principal elemento da economia da Colônia, entretanto, com a evolução da atividade desde os anos 2000, atualmente são recebidos números expressivos de turistas e visitantes no local, sendo necessário um bom planejamento para que os traços que motivam estes deslocamentos não sejam perdidos, contribuindo assim para a marginalização do destino. Para que isto não ocorra, faz-se necessário um planejamento turístico adequado e que busque integrar distintos agentes da comunidade, analisando deste modo o desejo e a viabilidade da atividade no local, bem como os meios que serão utilizados para que ela continue ocorrendo sem descaracterizar as particularidades do grupo alemão menonita.

Para Cardozo (2008, s/p), quando “o processo de planejamento envolve o setor público, os técnicos, o mercado e a comunidade local, o mesmo é chamado de planejamento turístico participativo”, pois a união que deve existir entre os membros das comunidades que desejam desenvolver o turismo é o diferencial durante o processo de planejamento. A participação destas pessoas e setores permite uma visão ampla acerca da realidade local, bem como dos desejos e anseios da totalidade em relação ao turismo. Por isto Vignati (2008) afirma que devido ao seu papel essencial na atividade turística, a comunidade deve ser considerada, já que os frutos do crescimento, assim como os possíveis problemas que podem advir com o turismo recairão sobre esta. Sendo assim, quanto maior for o envolvimento da comunidade na dinâmica de desenvolvimento do turismo local, maiores serão os benefícios para tal espaço, já que sua oferta turística poderá ser melhor estruturada, apresentando qualidade aos produtos e serviços disponibilizados aos turistas.

A participação dos residentes no processo de planejamento do turismo pode e deve ocorrer visando uma melhor operacionalização da atividade, com isto dizer que quando uma maior parcela de pessoas se envolve na discussão sobre a viabilidade de implantação da atividade turística, maiores são as chances de perceberem-se as potencialidades e limitações sob um olhar atento e holístico e, mais que isto, maior pode ser o número de envolvidos nas ações responsáveis relativas ao turismo, uma vez que as responsabilidades serão divididas entre o todo. Vignati (2008) salienta, ainda, que uma das principais tendências da política de desenvolvimento local é engajar a sociedade nos processos decisórios; o desenvolvimento participativo se apresenta como uma resposta da comunidade à necessidade de assegurar que as decisões políticas atendam a seus interesses, porém, a viabilidade do desenvolvimento de atividade envolvendo processos participativos é sempre um grande desafio, primeiro devido a dificuldade de fazer com que as pessoas de diferentes interesses e setores discutam e atuem

juntas e, segundo, tendo em vista a dificuldade de se chegar a um ponto comum nas decisões, considerando que o objetivo de cada interessado deve estar ligado a construção de um objetivo maior, que envolve toda a cadeia produtiva do turismo local.

A partir do exposto, afirma-se que o planejamento turístico deve ser participativo e feito com vistas à melhor execução da atividade na localidade que deseje desenvolvê-lo; a partir dele faz-se preciso que as necessidades dos envolvidos deixem de ser individuais e passem a atender interesses coletivos, vistos os benefícios que este tipo de planejamento trará para a comunidade em questão (César & Stigliano, 2010; Rebollo *et al*, 2011). O planejamento apresenta-se como uma ferramenta básica quando se trata do desenvolvimento de ações envolvendo o turismo, ainda mais quando se tem como objetivo organizar formas participativas de gestão. Se a organização de um empreendimento isoladamente já necessita de ações planejadas, quando se trata da escala de uma comunidade o processo se torna indispensável, pois serão muitos os interesses em jogo, além do fato de serem diversos os investimentos que serão feitos, exigindo distintos estudos para que as facilidades sejam organizadas de acordo com a realidade local. De acordo com César (2011) e Ostrom (2011), o planejamento deve ser entendido como um documento que apresenta os anseios sociais e culturais da comunidade envolvida em tal processo; além disso, deve prever formas de análise e resolução de problemas futuros quando da implementação das ações. Os autores ainda afirmam que o planejamento, pensando em ideais coletivos, deve apresentar diretrizes e ações que primem pela distribuição social dos benefícios advindos com as atividades desenvolvidas.

De acordo com o exposto, compreende-se que o planejamento da atividade turística deve estar orientado para a transformação adequada de um ambiente para a operacionalização do turismo, de modo a trazer benefícios tanto para aquele que da atividade desfruta como para aquele que é parte do meio em que ela ocorre, ou seja, a comunidade local. Na tentativa de organizar o turismo de forma responsável, e para que proporcione ganhos à população local, o desenvolvimento desta prática necessita estar pautado por um processo racional e dinâmico de definição de objetivos e metas de modo a organizar recursos e estratégias para obtenção de sucesso no desenvolvimento e crescimento do turismo, baseado em estudos dos fatores estruturais e conjunturais de todo o sistema turístico, de preferência elaborado em conjunto com a participação da comunidade (Molina, 2001; Barretto, 2005; Petrocchi, 2009). O planejamento participativo deve ser encarado como uma forma plausível de conhecer os interesses de todos aqueles que, de alguma maneira, são e/ou serão atingidos pela atividade turística em determinada localidade. Ele não pode se caracterizar como uma simples consulta à comunidade, mas sim como um meio de atender as necessidades do contexto no qual será implementado. Esta forma de planejamento é bastante complexa, no entanto na bibliografia disponível nota-se haver descrições teóricas breves; casos empíricos de descrição ou análise de planejamento participativo do turismo, dificilmente são encontrados.

Ao tratar do planejamento participativo, Molina (2001) apresenta algumas características centrais desta tipologia de planificação turística, sendo estas que: (a) deverá apresentar objetivos e metas que contemplem os anseios de todos os envolvidos; (b) o plano, programas e projetos é fruto da ação da sociedade; (c) deverá contribuir de forma direta para suprimir possíveis conflitos; e (d) deve ter como norte a valorização do meio onde se der suas ações. Já Ostrom (2011), ao tratar sobre os processos de organização participativa em comunidades, deixa claro que o sucesso das atividades envolvendo a ação coletiva está diretamente

relacionado à existência de uma instituição forte, que possibilite a aglutinação de empreendimentos e o desenvolvimento de ações que viabilizem a confiança e a cooperação tendo em vista a utilização de recursos de forma comum. Ou seja, ainda que com apreciações distintas, ambos os autores compartilham o respeito à coletividade e processos a que esta está submetida durante o traçado de objetivos e ações relativas ao planejamento participativo, uma vez que a ideia é justamente a de promover uma melhora qualitativa na vida de todos os atores sociais envolvidos.

A transformação do turismo nas comunidades para uma prática efetivamente participativa pode se dar por meio do desenvolvimento do trabalho de ação coletiva, utilizando os princípios do desenho de Ostrom (2011), sendo que o primeiro e mais urgente passo seria a formatação de uma instituição que possibilite a aglutinação dos indivíduos que trabalham e estão envolvidos diretamente com o turismo; junto a isso é imperativo o desenvolvimento de uma forma participativa para cooperar e instigar o desenvolvimento com vistas a dinamizar a atividade turística nas comunidades. Como definido pela autora, as principais funções desta instituição seriam estabelecer e colocar em prática os demais princípios de desenho, sendo estes: limites claramente definidos; coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais; acordos de escolha coletiva; monitoramento; sanções graduadas; mecanismos para resolução de conflitos; reconhecimentos mínimos do direito de organização; e empreendimentos aninhados. Para ela, ainda, estes elementos se apresentam como condições primárias para o gerenciamento do turismo nas comunidades de forma participativa, utilizando-se de maneira comum os recursos para a atividade.

Neste sentido, atesta-se que com o planejamento adequado de uma localidade para a prática do turismo é possível que sejam percebidos a curto, médio e longo prazo benefícios nas três esferas em que o desenvolvimento, na sua interpretação integral, se preocupa, sendo elas: ambiental, social e econômica (Souza, 2005). Significa que a realização do planejamento turístico contribui para o desenvolvimento das localidades que desejem ter na atividade oportunidades de transformação da realidade local, todavia, planejar o turismo é tarefa árdua e que exige o envolvimento de diferentes pessoas e setores da sociedade como já mencionado, ou seja, a distribuição de tarefas e o alcance dos objetivos coletivos tornam-se uma responsabilidade e seus impactos positivos dependem do engajamento de todos (Vera Rebollo *et al*, 2011; Vignati, 2008). No caso de Colônia Witmarsum, percebe-se que a prática da atividade turística vem ocorrendo de maneira individual e sem um planejamento turístico efetivo, participativo ou não. No início da sua prática, nos anos 2000, a comunidade definiu que tipo de atividade desejaria ter em seu meio e quais os limites que deveriam ser respeitados pelo turismo dentro da Colônia. Todavia, para além disso, quase 20 anos depois não se percebe algum tipo de organização por parte dos empreendedores locais ou gestores da atividade, para planejá-la e operacionalizá-la de forma efetivamente organizada e integrada. Para elucidar esta questão com vistas ao desenvolvimento local, será abordada a seguir a realidade da Colônia de Witmarsum, bem como os desafios da gestão do turismo local para o futuro da atividade.

DESAFIOS PARA O TURISMO EM COLÔNIA WITMARSUM

Tendo sabido da importância do planejamento turístico para a prática de uma atividade consciente de seus benefícios, bem como das características básicas de Colônia Witmarsum no

seu histórico e atividades econômicas, aqui será apresentada a realidade turística da comunidade estudada, tomando por base algumas publicações já existentes relativas ao local, visitas *in loco* e entrevista com o Sr. Philippsen.

Desde o início dos anos 2000, quando o turismo passou a integrar o cenário da Colônia, foram criadas pousadas e confeitarias para atender a demanda da época, a saber, viajantes que chegavam até a localidade para realizar negociações com a Cooperativa local. Holm (2015) destaca que com o passar dos anos as motivações para visita ao local mudaram e o que era um deslocamento motivado por negócios, passou a configurar-se pela prática do lazer, no desfrute das confeitarias e restaurantes presentes no local. Devido a isto, há uma demanda expressiva principalmente aos finais de semana, quando o fluxo é composto por famílias e grupos de excursionistas, ativando os rendimentos dos empreendimentos de A&B da Colônia (Kloster, 2013; Soares, 2013; Holm, 2015). Com o crescimento da atividade e mudança no perfil do visitante, outras estruturas foram implantadas na comunidade, de modo que os equipamentos e serviços turísticos estão representados por: equipamentos de A&B (4 restaurantes e 3 cafés/confeitarias), hospedagem (5 pousadas) e 6 empreendimentos diversos (1 receptivo, 1 com atividades de aventura, 1 com atividades rurais, feira do produtor, museu e 1 chácara produtora de champignon). Com base nisto, nota-se que a oferta de atividades de entretenimento e/ou lazer são ainda limitadas. Tomando por base este cenário, pode-se afirmar que ainda existem muitas possibilidades que podem ser mais bem utilizadas pelo turismo na comunidade, como elementos culturais e outros relacionados à natureza, por exemplo, todavia para que tal ocorra, faz-se necessário que os empreendedores e comunidade desejem tal fato. Entende-se que isto é possível por meio da articulação de ideias e ampliação da oferta de produtos e serviços turísticos que podem refletir no aumento do fluxo de visitantes para a realização de atividades distintas (Holm, 2015).

Atualmente, como já mencionado, o desenvolvimento de atividades turísticas no local tem se dado de maneira autônoma e não articulada, cabendo a cada empreendedor decidir o que quer fazer e que público deseja atender. Até que ponto esta autonomia é benéfica para a coletividade, seria um questionamento sem resposta imediata e passível de reflexões futuras acerca do tema, mas é correto afirmar que para que o desenvolvimento de Colônia Witmarsum ocorra apoiado na atividade turística, faz-se necessário um planejamento integrado e participativo, cujos interesses individuais estejam em consonância com os interesses coletivos. Souza (2005), Vignati (2008) e Ostrom (2011) defendem a ideia de que a articulação entre os interessados pelo desenvolvimento é ato fundamental para que isso seja alcançado de maneira plena, conseguindo deste modo satisfazer as necessidades do local por meio da defesa de interesses comuns a todos.

De acordo com o entrevistado, no ano de 2007 cogitou-se a criação de um grupo de gestores locais do turismo, contudo não houve legalização da atuação deste grupo e a organização entre os participantes foi perdendo força e foco ao longo dos anos; participavam desta articulação: empreendedores das pousadas, equipamentos de A&B, guias locais e membros da Associação de Moradores. Para o Sr. Philippsen, o declínio do grupo deu-se principalmente porque os envolvidos queriam apenas ganhos imediatos, sem abrir mão de suas prioridades individuais, sendo que a atividade turística e seus benefícios para a comunidade de modo geral não eram discutidos. Com isso, devido à falta de acordo entre o grupo, atualmente ele não existe mais nem na teoria, tampouco na prática. Este fato, como observado em Colônia Witmarsum, pode

ser considerado, a partir da teoria de Ostrom (2011), como um dos primeiros obstáculos a ser transpassado para que a comunidade possa efetivamente trabalhar o planejamento participativo, possibilitando o uso de recursos comuns com vistas ao desenvolvimento local. De acordo com a autora, é preciso que haja uma instituição que seja forte e possibilite a implementação e execução dos demais princípios que favorecem a prática coletiva de atividades comuns em uma comunidade.

Com base nas entrevistas realizadas na comunidade e os princípios indicados por Ostrom (2011), pode-se apreender sobre os desafios que o planejamento apresenta envolvendo a melhoria da prática do turismo a partir de processos participativos de desenvolvimento e gestão. Primeiramente, é preciso uma organização dos principais envolvidos com o turismo - algo que, como salientado, não existe na Colônia - para que se possa formar uma instituição que venha a determinar limites claramente definidos, uma vez que a falta destes está causando certa saturação da oferta de equipamentos e serviços turísticos na localidade em detrimento da carência de exploração de outros elementos que poderiam ser de interesse turístico, como já destacado. Além disso, a inexistência de um organismo local oficial de gestão pode fomentar a vinda de pessoas externas à comunidade que podem criar novos equipamentos, o que pode acarretar no acirramento cada vez maior da competitividade e, conseqüentemente, na necessidade da redução dos ganhos econômicos, sociais e ambientais para os locais, fatos estes entendidos como negativos para os interessados no desenvolvimento da atividade turística e comunidade de Colônia Witmarsum (Cardozo, Fernandes, Soares & Holm, 2016).

Em conjunto com os limites é preciso delimitar a coerência entre as regras de apropriação e provimento e as condições locais, pois a partir das visitas e entrevistas notou-se que o contexto atual apresenta uma diversidade de equipamentos e serviços turísticos em que muitos deles trabalham em concorrência direta devido à oferta de produtos similares. Observa-se que a não consideração deste princípio faz com que os ganhos tanto individuais como coletivos sejam menores, promovendo em diversos casos a abertura e posterior fechamento de estabelecimento que, ao se estruturarem com um produto similar ao já existente, não conseguem competir no mercado local. Entende-se que se houvesse uma discussão participativa envolvendo os interesses daqueles que já empreendem no local juntamente de outros membros que tem tal anseio, haveria possibilidade de se investir em algo que a comunidade ainda não tenha e/ou que viesse agregar a oferta turística local, ao invés da criação de elementos que já apresentam uma oferta saturada (Soares, 2013; Holm, 2015).

Deste modo, seria possível dar conta do terceiro princípio indicado por Ostrom (2011), que consiste em determinar acordos de escolha coletiva. No caso do turismo, tais acordos são importantes para definir normas e regras a serem seguidas, assim como acertar os rumos que a atividade vai tomar na comunidade, tendo em vista o que se possui para que o desenvolvimento de ações se dê baseado nas características da comunidade (Cardozo *et al*, 2016; Vignati, 2008). O monitoramento das ações desenvolvidas pelos empreendimentos que participam de uma ação coletiva é de extrema importância para se pensar no cumprimento dos acordos coletivos criados entre os membros, porém, ao não se possuir acordos - pois como não há organização coletiva representada por uma instituição - não há como haver monitoramento. E é esta a situação que se evidenciou em Colônia Witmarsum até o momento em que foi desenvolvida a pesquisa. Este princípio tem a responsabilidade, no caso do turismo, de auxiliar na manutenção da atratividade da oferta aos visitantes no que concerne a equipamentos e serviços ou atrativos

turísticos, assim como é pertinente quando envolve a distribuição dos benefícios gerados pela atividade turística para toda a comunidade (Cardozo *et al*, 2016; Ostrom, 2011)

De acordo com Ostrom (2011), as sanções graduais são as punições aos membros da organização coletiva/ação coletiva que não cumprem sua parte no acordo previamente estabelecido; constata-se que tal fato é justamente elucidado a partir do monitoramento. Assim, dependendo da gravidade do descumprimento do acordo coletivo se colocará uma sanção ao usuário/membro e tem-se, assim, uma relação direta entre estes três princípios de desenho, um dependendo da existência do outro para poder ser colocado em prática. No caso de Colônia Witmarsum, como se pode inferir, os acordos coletivos e o monitoramento são inexistentes na conjuntura atual da atividade turística e neste sentido não há como haver sanções graduais, ou seja, este princípio também não é observado envolvendo o planejamento e a operacionalização da atividade turística local.

Os mecanismos de resolução de conflitos, colocados por Ostrom (2011), são pertinentes no sentido de organizar esferas locais de baixo custo e/ou conselhos ligados a instituições comunitárias que tenham como objetivo fazer com que os problemas que ocorram dentro da ação coletiva ou do uso de um recurso sejam resolvidos dentro da comunidade, sem necessidade de envolver processos e instituições externas. Este princípio aplica-se tanto para conflitos entre usuários quanto aos acordos coletivos que fazem com que um recurso esteja sendo utilizado de maneira errada, por exemplo. No caso da comunidade estudada, constatou-se que não há uma instituição e/ou conselho que delibere exclusivamente sobre os conflitos envolvendo a atividade turística, porém, a comunidade possui a Associação Comunitária de Proprietários e Moradores de Witmarsum [ACPMW], a qual discute sobre os diversos segmentos que envolvem o âmbito social de vivência da comunidade e na maioria dos casos os recursos de uso comum a que deliberam estão relacionados à educação, acesso, saneamento básico e saúde.

O sétimo princípio de desenho de Ostrom (2011) refere-se ao reconhecimento mínimo do direito de organização, sendo que as regras e limites criados pelos usuários necessitam de reconhecimento do governo local, de modo que a organização da instituição pelos participantes não seja questionada pelas autoridades externas. Na prática do turismo este princípio pode ser aplicado em partes, pois as normas e orientações quanto à limitação da prática do turismo do ponto de vista econômico, ambiental, social e cultural, podem ser estipuladas pela instituição desde que não estejam em desacordo com leis federais (Cardozo *et.al.*, 2016)

Por fim o último princípio definido por Ostrom (2011) refere-se aos empreendimentos aninhados que, ao aplicar-se no turismo, tem o intuito analisar a cooperação e/ou associação externa à comunidade ou localidade que trabalha e desenvolve ações participativas, demonstrando que é uma instituição de confiança, que interage com outras instituições no seu mesmo nível ou em níveis mais elevados de poder. Esta organização interinstitucional possibilita aos envolvidos no turismo conseguirem visibilidade perante o poder público, podendo facilitar a destinação de investimentos e entre outros benefícios despendidos para atividade, a partir da representatividade institucional, que é muito mais forte do que a de cada empreendimento individualmente; ou seja, neste princípio nota-se novamente a importância da organização participativa para o fomento do turismo.

De acordo com os relatos do entrevistado, o turismo em Colônia Witmarsum não é prioridade, porque os moradores empreendedores do local e demais interessados na atividade não conseguem se organizar e pensar de maneira coletiva. Entretanto, quando se trata dos interesses associados à Cooperativa local, ele relata que os moradores compreenderam desde sempre – inclusive pelo histórico do grupo *reimigrante* – que trabalhar coletivamente é mais eficaz. Para o Sr. Philipsen “*trabalhar o turismo de forma coletiva ainda não está na pauta dos envolvidos com a atividade*”. Observa-se, portanto, a necessidade da formação de uma instituição central que congregue as funções demonstradas neste trabalho, dividindo os papéis entre seus membros e zelando pelo cumprimento do que é indispensável para o planejamento e gestão participativa do turismo, buscando um objetivo comum aos envolvidos no processo da prática turística da comunidade.

Com isto, é correto afirmar que as visitas *in loco* e entrevistas com o Sr. Philippsen permitiram constatar que a comunidade possui um leque de oportunidades para trabalhar o turismo, oferecendo deste modo ganhos na economia, questões sociais e ambientais local, mas é preciso num primeiro momento que seja definido uma organização de gestão da atividade capaz de trabalhar de maneira participativa e integrada, para que só então sejam definidas estratégias de ação para desenvolver a atividade. Neste sentido, é imperativo ter um grupo que encabece as discussões voltadas para o turismo e que aceite o desafio de trabalhar no planejamento da atividade de forma participativa, visando deste modo um desenvolvimento pleno do local baseado neste segmento de atividade econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, a Colônia Witmarsum está localizada em região estratégica do Paraná, em razão da sua proximidade com a capital estadual, e apresenta características de uma comunidade rural com diferenciais culturais, o que a faz detentora de cenários que poderiam ser mais bem apropriados por atividades naturais e socioculturais, tais como passeios à cavalo, ordenha, colheita de frutas, verduras e legumes; assim como atividades artístico-religiosas que divulgariam ainda mais as características étnicas que possuem, apenas para exemplificar. O uso das áreas naturais da Colônia como uma ferramenta para o estímulo ao turismo ainda é tímido e entende-se que seu potencial poderia permitir resultados mais intensivos quando pensado na atividade, de modo que caberia aos proprietários das áreas apenas planejar e investir com base em elementos já existentes, havendo com isso uma diversificação na oferta de atrativos e economia local. Além disso, é possível, por meio desta apropriação, agregar valor à experiência turística dos visitantes, proporcionando contato com atividades cotidianas relacionadas tanto às lides rurais como à educação ambiental de maneira geral.

Enquanto grupo de origem *reimigratória*, carregando consigo uma história de cunho étnico e religioso, a referida comunidade também apresenta potenciais que poderiam ser melhor utilizados em relação à cultura que detém; na atualidade, percebe-se que manifestações culturais são apresentadas ao visitante apenas por meio da gastronomia e visita ao Museu local e como esta, em particular, não é uma atividade frequente, percebe-se que tal recurso poderia ser melhor trabalhado em favor do turismo, visando aproximar o contato entre o visitante e a cultura local. O mesmo estende-se em relação às apresentações artísticas que poderiam ser melhor incorporadas pela atividade.



A partir da pesquisa, percebe-se que existem oportunidades a serem utilizadas pelo turismo, tanto relacionada com as áreas naturais quanto socioculturais de Colônia Witmarsum, entretanto, o maior desafio para que a atividade passe a compor as discussões com vistas ao desenvolvimento local está diretamente relacionado à falta de uma instituição organizada para definir estratégias e normas para o desenvolvimento do turismo na comunidade. Alguns conflitos têm ocorrido porque não há diálogo entre os interessados, mesmo aqueles que perceberam que a atividade traz benefícios para o local. Há quase 20 anos a prática do turismo deu seus primeiros passos na comunidade, sem planejamento e sem diálogo e, na atualidade, também não há previsão de que isto vá ocorrer. Não se pode afirmar até quando Colônia Witmarsum sustentará a atividade de modo a agradar moradores, empreendedores e visitantes da comunidade se continuar com tal [falta de] visão e isto confere riscos à comunidade como um todo e ao turismo, em específico.

Com base nas exposições feitas ao longo do trabalho, é possível atestar que o objetivo geral que se referia a descrever os desafios no planejamento e desenvolvimento do turismo local de Colônia Witmarsum, Palmeira-PR, foi alcançado, visto que o entrave principal está relacionado à inexistência de uma instituição forte que possa executar de fato um planejamento turístico participativo para comunidade. A partir deste desafio, que é o início do ordenamento da atividade turística, outros vêm na sequência, conforme descrito nas análises dos dados, e isto possibilitará a ampliação da oferta de lazer ao visitante, redução de impactos negativos da atividade turística por meio de ações conjuntas, manutenção da Colônia no mercado competitivo por meio da oferta de produtos e serviços diferenciados e, com isto, a valorização da experiência turística tanto para o visitante quanto para o visitado.

Para sanar outros desdobramentos relacionados ao processo de planejamento turístico da comunidade faz-se necessário a sensibilização sobre a importância do planejamento e da participação da totalidade durante este processo; como se pode observar, o processo de planejamento turístico participativo é desafio na maioria das realidades de destinos, mas os esforços direcionados para alcançar tal fato não devem ser limitados, haja vista os benefícios a curto, médio e longo prazo que serão sentidos pelos moradores das localidades que buscam se desenvolver a partir deste tipo de ação.

A transformação do uso comum do turismo na comunidade para uma prática efetivamente participativa pode se dar por meio do desenvolvimento do trabalho de ação coletiva, utilizando os princípios do desenho de Ostrom (2011), sendo que o primeiro passo seria, conforme já mencionado, a formatação de uma instituição que possibilite a aglutinação dos indivíduos que trabalham e estão envolvidos diretamente com o turismo. Ainda, faz-se necessário o desenvolvimento de forma participativa dos demais princípios aqui descritos na tentativa de instigar o desenvolvimento e dinamizar a atividade do turismo na comunidade estudada, possibilitando a geração de ganhos econômicos, sociais, culturais e ambientais equitativamente, em um planejamento e gestão do turismo de forma efetivamente participativa (Cardozo *et. al.*, 2016)

Compreende-se, portanto, que o planejamento turístico é importante para o bom andamento da atividade e ele não deve se dar de forma dissociada a outras atividades econômicas. Além disso, sabe-se que o processo de sensibilização para o planejamento é lento e atravessado por outros interesses; neste sentido, quando essa reflexão se adiciona à necessidade da participação

e da cooperação, percebe-se que podem haver ainda mais conflitos e morosidades. Isso é sempre esperado, mas deve ser contornado pelo bem e pelos interesses comuns a uma localidade que queira crescer e se desenvolver turisticamente de forma sadia e robusta.

REFERÊNCIAS

Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum (ACMPW) – Site institucional.

Balhana, A. P.; Machado, B. P. & Westphalen, C. M. (1969) *História do Paraná*, I. Curitiba: Grafipar.

Barretto, M. (2005). *Planejamento responsável do turismo*. Campinas-SP: Papirus.

Cardozo, P.; Fernandes, D.; Soares, J. & Holm, C. (2016) Cooperación y participación en el proceso de planificación y desarrollo turístico: Un estudio de caso en comunidades étnico-rurales en el estado de Paraná, Brasil. *Estudios y Perspectiva en Turismo*, 25(1), 88-109.

Cardozo, P. (2008) Planejamento turístico participativo: para além dos discursos uma proposta para execução. *Revista Virtual P@rtes*, 20(10), s.p.

César, P. A. B. & Stigliano, B.V. (2010) Planificación turística en áreas urbanas: la implementación del turismo cultural en el centro de São Paulo, Brasil. *Estudios y Perspectivas en turismo*, 19(5), 722-739.

César, P. A. B. (2011). *Turismo e desenvolvimento sustentável: análise dos modelos de planejamento turístico*. Caxias do Sul: Educs.

Enns, E. R.; Camargo, M. A. R. & Krüger, A. (2000). *Permaneço em mim: 70 anos da imigração menonita*. Curitiba: s/e.

Holm, C. C. (2015) Desenvolvimento comunitário por meio da prática do turismo étnico: experiências em Colônia Witmarsum, Palmeira-PR. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná, Brasil.

Kloster, S. (2013) Riscos e potencialidades da atividade de turismo rural na microrregião de Ponta Grossa. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil.

Molina, S. (2001). *Planejamento integral do turismo*. Bauru-SP: Edusc.

Ostrom, E. (2011). *El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de la acción colectiva*. México: FCE, UNAM, IIS.

Pauls, A. (2010) Menonita, conte sua história! In: Siemens, U. (org.). *Quem somos? 1930-2010: A saga menonita rompendo a barreira cultural*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança.

Petrocchi, M. (2009). *Turismo: planejamento e gestão*. São Paulo: Pearson Prentice Hall.



Soares, J. G. (2013). Turismo na Colônia Witmarsum, Palmeira-PR: fomento externo e estrutura interna. In: Llera, Francisco J. & Bautista, Elizabeth. (orgs.). *Comunidades Menonitas de México y Brasil: influencia y aportaciones*. Ciudad Juárez: Universidad Autónoma de Ciudad Juárez.

Soares, J. G. & Löwen Sahr, C. L. (2016). Ação coletiva, cooperativismo e turismo: estudo de caso da comunidade menonita de Witmarsum (Paraná, Brasil). *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(1), 111-125.

Souza, M. J. L. (2005) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de et al (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Vera Rebollo, J. F.; López Palomeque, F.; Gómez Marchena, M.J. & Clavé Anton, S. (2011) *Análisis territorial del turismo y planificación de destinos turísticos*. Valencia: Tirant Lo Blanch.

Vignati, F. (2008) *Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para os pólos, cidades e países*. Rio de Janeiro: Senac Rio.

Witmarsum Cooperativa. Site institucional.

Recebido: 15 AGO 2016

Avaliado: SET-DEZ.

Reencaminhado: 23 MAR 2017

Avaliado: ABR 2017

Aceito: 23 JUN 2017